

# O DESENHO DIGITAL E AS PAISAGENS PATRIMONIAIS.

## CONVENTO DA MADRE DEUS DE MONCHIQUE, NO PORTO

TIAGO TRINDADE CRUZ\*

**Resumo:** *Este artigo é parte de uma reflexão mais ampla em torno do desenho digital e das novas metodologias de investigação em História da Arquitetura. Tendo como objetivo refletir sobre o conceito de Paisagem Patrimonial, parte-se da antiga estrutura monástica de Monchique, na cidade do Porto, como laboratório experimental de investigação arquitetónica e urbana. Sabemos que a tecnologia digital permite reconstituir elementos de outras épocas, cuja passagem do tempo transformou ou fez desaparecer. Neste contexto, e com recurso ao desenho digital, procura-se reconhecer o património edificado e as estruturas urbanas através de uma interpretação sincrónica e diacrónica, atenta aos diferentes períodos históricos e às suas especificidades.*

**Palavras-chave:** *paisagem patrimonial; desenho digital; Convento de Monchique.*

**Abstract:** *This article is part of a broader reflection on the digital drawing and new research methodologies in the History of Architecture. Aiming to reflect on the concept of Heritage Landscape, it starts from the old monastic structure of Monchique, in the city of Porto, as an experimental laboratory for architectural and urban research. It is known that digital technology makes it possible to reconstruct elements from other eras, whose time has transformed or disappeared. In this context, and using digital drawing, the recognition of the built heritage and urban structures is sought through a synchronic and diachronic interpretation, attentive to the different historical periods and their specificities.*

**Keywords:** *heritage landscape; digital drawing; Convento de Monchique.*

## 1. INTRODUÇÃO

O convento de Monchique partilha do importante papel que as instituições monásticas e conventuais desempenharam em Portugal, desde a sua formação enquanto nação. Relevantes no desenho do território e na construção da paisagem, destacam-se pelo seu carácter de excepcionalidade, desde logo na perceção que delas temos como marcos simbólicos da cidade e na sua afirmação como «pólos de desenvolvimento da estrutura e da vivência urbana»<sup>1</sup>. Para além disso, os conventos são identificados como elementos promotores da autoridade da igreja, refletindo também os princípios da implantação das Ordens religiosas mendicantes no

---

\* CITCEM – FLUP. Tiago Cruz (1985) é mestre arquiteto pela FAUP (2010). Frequenta atualmente o doutoramento em Estudos do Património, especialização em História da Arte, na FLUP, com o tema «História da Arquitetura e Desenho Digital. Novas metodologias e abordagens: o demolido, a ruína e o transformado». É apoiado por Bolsa de Investigação FCT: SFRH/BD/132302/2017. Foi estudante visitante na Universidad Rey Juan Carlos (Madrid) e participou em congressos e reuniões científicas internacionais na Europa e nos EUA. up200406407@g.uporto.pt.

<sup>1</sup> ROCHA, 2006-2007: 528.

nosso país, cuja localização resulta da convergência de «diversos poderes, incluindo as próprias Ordens, a Santa Sé, os homens-bons e a clerezia local»<sup>2</sup>.

Escolhido para este estudo pelas suas características morfo-tipológicas e pela relevância para a forma e para o funcionamento da cidade, o antigo convento de Monchique caracteriza-se pelos seus valores arquitetónico, urbano, simbólico, histórico, artístico e de memória. Ao longo dos tempos passou por constantes mutações formais e funcionais, enfatizando-se a necessidade de o explorar nas suas matrizes e fundamentos, numa leitura holística e sincrónica de «forma e função». Antes da ocupação conventual, aquele lugar acolheu uma sinagoga e uma residência senhorial. Tal como sucedeu com outras estruturas conventuais, no Porto e no resto do país, após a dissolução das ordens religiosas e do encerramento deste convento (1834), instalaram-se novos usos, com espaços ligados à indústria, ao comércio e aos serviços.

Posto isto, impõe-se explorar abordagens que nos permitam, recuperar, analisar e interpretar a herança perdida ou invisível dentro da própria paisagem urbana, levando-nos a questionar acerca do papel do convento na construção da paisagem patrimonial de Monchique. Novos pontos de vista permitem abordar outras linguagens, metafóricas ou imaginárias, traduzidas numa nova perceção da paisagem. Pretende-se ler e entender, não apenas os vestígios físicos existentes, mas também a sua memória cripto-artística. «Em arquitetura, muito para além do que pode suspeitar o projetista-arquiteto, desenham-se e testemunham-se o pensamento, o gosto e as pretensões de uma época. É por isso que a lição de arquitetura é extraordinariamente rica e multimoda, mas também muito críptica»<sup>3</sup>.

## 1.1. METODOLOGIA E OBJETIVOS

Na sequência de uma reflexão acerca da inclusão de métodos e recursos digitais na aproximação ao património edificado e à paisagem, selecionou-se um conjunto de ferramentas baseadas nas TIC e no desenho digital. Apoiadas em metodologias interdisciplinares, estas ferramentas promovem a interseção de fontes documentais e cartográficas, sistematizando e cruzando os dados recolhidos, quer se trate de cartografia, gravura, fotografia ou fontes escritas, seguindo as orientações das Cartas e Convenções Internacionais que informam estas matérias. Como resultado, podemos obter uma leitura histórico-artística, cultural, económica e social de grande complexidade e rigor.

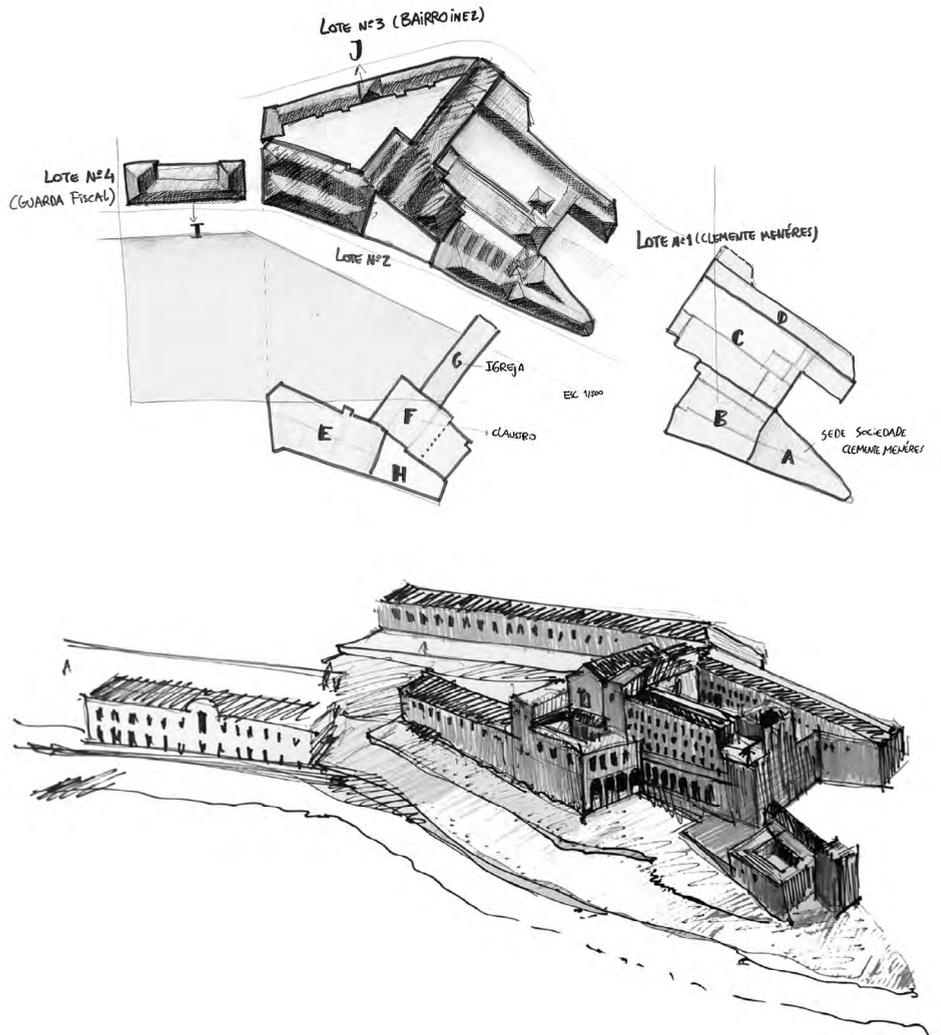
Pretende-se abordar as propriedades fundamentais do desenho, tal como a escala ou a proporção, sendo também desenvolvidos exercícios interpretativos,

---

<sup>2</sup> AFONSO, 2013: 23.

<sup>3</sup> ALMEIDA, 2001: 66.

não intrusivos, como as hipóteses de reconstituição virtual ou os estudos métricos. O desenho digital difere do tradicional por diversos fatores, nomeadamente por adotar uma linguagem codificada que pode prescindir de uma existência matérica. No entanto, há um tipo de fundamentação transversal às duas tecnologias. «A argumentação utilizada para a validação dos meios digitais na prática do desenho não contraria a argumentação da validação do desenho tradicional, apenas é demonstrativa de que é mais uma ampliação dos processos disponíveis» (Figs. 1, 2 e 3)<sup>4</sup>.



**Figs. 1 e 2.** Desenhos de estudo. Tiago Cruz. 2020.

<sup>4</sup> SIMÕES, 2002: 21.



**Fig. 3.** Representação tridimensional do edificado atual. Tiago Cruz. 2020.

O objetivo principal é explorar a relação intrínseca entre o desenvolvimento das tecnologias digitais e a sua aplicabilidade à criação de meios para o conhecimento, salvaguarda e difusão do património edificado e da paisagem patrimonial. Recorrendo ao desenho digital, ambiciona-se a sua aplicação futura em soluções de carácter interativo/imersivo, em produtos de realidade aumentada ou virtual, baseados na aturada pesquisa documental e nos levantamentos métricos e fotográficos já realizados. Neste momento ensaiam-se novas ferramentas que se pretende, possam contribuir para o reconhecimento da importância do fenómeno conventual e monástico na patrimonialização da paisagem, entendida enquanto processo de construção social, mas também cultural.

## 2. MONCHIQUE E A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM PATRIMONIAL

### 2.1. O SÍTIO DE MONCHIQUE

A Paisagem Patrimonial de Monchique, bem como o ofício antrópico a ela inerente, têm por base a ideia de paisagem como elaboração mental que os homens realizam através dos fenómenos da cultura<sup>5</sup>. Partindo do reconhecimento e

---

<sup>5</sup> MADERUELO, 2006: 12.

promoção do carácter dinâmico das cidades vivas feitas pela «Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana», da UNESCO (2011), identificamos os conventos como peças-chave neste ecossistema. Segunda esta mesma recomendação, este tipo de paisagem deverá ser protegido na sua globalidade. A qualidade do ambiente humano deverá ser preservada, fomentando-se um uso sustentado, bem como o reconhecimento do seu carácter dinâmico, a par com a promoção da sua diversidade social e funcional (Art. 11º). Trata-se de um lugar classificado e que deverá ser protegido<sup>6</sup>.

Diferentes estratigrafias concorrem para a conformação desta paisagem histórica urbana. O conjunto a que agora chamamos convento abrange edificações levantadas entre os séculos XVI e XXI, não sendo, na sua totalidade, coevas ao desempenho da função religiosa. Resultado de diferentes épocas e intencionalidades, colocam-nos dificuldades em obter uma leitura integrada e contínua de todo o conjunto. Para além disto, diferentes estados de conservação acentuam a percepção de descontinuidade: elementos em ruína (corpo dos dormitórios e do refeitório) coexistem, lado a lado, com construção nova (unidade hoteleira recém-inaugurada).

Retomando o que antes afirmamos, a ação do homem em Monchique resultou de diferentes programas e motivações, o que constitui um obstáculo para uma leitura integrada do que terá sido o convento, concebido inicialmente para funcionar numa relação de equilíbrio e interdependência entre diferentes partes, articuladas com a topografia e com a paisagem, nas suas múltiplas dimensões. Com o passar do tempo estas relações foram-se alterando, em transformações que se estenderam à envolvente do complexo, quer falemos da abertura de novos arruamentos ou de novas construções na vizinhança. Assim, os limites da nossa área de estudo não se cingem à antiga cerca, na identificação de permanências funcionais ou formais do antigo convento. Ultrapassando esta linha perimetral, reforça-se a necessidade de perceber os edifícios no seu contexto territorial.

Como vimos, estudar a paisagem patrimonial de Monchique é um exercício que pressupõe o estudo das ocupações anteriores ao convento. Com uma cronologia de construção muito dilatada, a área correspondente à antiga cerca encerra testemunhos documentais de ocupação desde, pelo menos, o século XIV, quando aqui existiu uma judiaria, com a sua sinagoga. Posteriormente, a

---

<sup>6</sup> Na Carta Geotécnica da cidade (2003), Monchique integra as «Zonas do subsolo com interesse patrimonial: Património arqueológico», o «Centro Histórico Classificado e Respetiva Área de Proteção» e a área correspondente a «Intervenções Arqueológicas na Cidade do Porto». A consulta do PDM (2018) mostra a sua integração em área classificada como Zona Especial de Proteção / Zona Automática de Proteção (ZEP/ZAP). Por outro lado, situa-a no centro de outras dinâmicas territoriais, como a integração na Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Massarelos.

partir do século XV, este sítio foi ocupado por uma casa senhorial, o paço nobre. Embora não saibamos com exatidão que elementos terão sido aproveitados das pré-existências, está comprovado que a construção do convento tirou partido da estrutura do paço, utilizado previamente como habitação dos seus fundadores. De igual modo, ocupações posteriores à extinção do convento reutilizaram elementos desta estrutura.

A explicação do papel dos conventos e mosteiros como construtores de paisagem implica, assim, uma leitura informada do território onde se implantam, observando-o nas suas características elementares, incluindo a topografia, a hidrologia e os aspetos geomorfológicos. Perceber as formas e a sua configuração, no sentido de lhes identificar princípios culturais, funcionais e estilísticos, bem como entender o seu enquadramento histórico e geográfico, é uma tarefa morosa e exigente. A escolha de um sítio para a implantação de um convento nunca é obra do acaso e não é feita de forma arbitrária. Procurando responder a questões de ordem diversa, tanto no domínio da Antropologia, da História, da memória e da tradição, como de caráter geográfico ou de organização dos recursos físicos e humanos, dita o estabelecimento de uma relação profunda com o «sítio», que é marcado com perenidade<sup>7</sup>.

Cumprindo, no seu todo, um programa que responde a um corpo de exigências próprias da vida religiosa em comunidade, o convento vê destacado o papel da sua igreja nesta estrutura. «Ancorada no seu lugar, enquadrada no seu ambiente natural e humano, uma igreja no seu “sítio” é, pois, um extraordinário testemunho de civilização»<sup>8</sup>. No lugar que vieram ocupar a igreja e o convento de Monchique, existiu uma sinagoga, epicentro de uma comunidade judaica no século XIV. A escolha do sítio recaiu, deste modo, num lugar já previamente santificado, num ato de uma contínua «ocupação cultural-devocional»<sup>9</sup>.

## 2.2. A SINAGOGA

A sinagoga foi construída entre 1380 e 1388<sup>10</sup>, fora da muralha da cidade, sendo tida por alguns autores como a mais importante do velho Porto e seus subúrbios<sup>11</sup>. Não sabemos o que aqui terá existido antes, nem, com certeza, o quando e o porquê de se ter constituído esta judiaria em Monchique<sup>12</sup>. Sabemos, no entanto, que os judeus que para aqui vieram no século XIV, terão estado

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, 2001: 66.

<sup>8</sup> ALMEIDA, 2001: 67.

<sup>9</sup> REBELO, 2001: 124.

<sup>10</sup> BARROCA, 2000/III: 89-90.

<sup>11</sup> CORRÉA, 2012: 71.

<sup>12</sup> DIAS, 2003: 431.

instalados inicialmente na parte alta do morro da Sé, no interior da «cerca velha», na rua das Aldas<sup>13</sup> e, de permeio, na rua da Munhota, junto a S. Francisco<sup>14</sup>. Segundo César Silva<sup>15</sup>, foram as circunstâncias que ditaram a procura dos judeus por esta zona para viver: com um grande crescimento no Porto do século XIII, o bairro de Miragaia, assistia a uma intensa atividade mercantil, com o crescimento da construção naval e do tráfego marítimo, tornando esta zona apelativa para os judeus.

Com a passagem do tempo, a judiaria de Monchique foi-se tornando pequena, tendo os judeus começado a expandir-se para fora do seu recinto, o que deu origem a conflitos e discussões com a população cristã. Terá sido este ponto que fez com que o rei D. João I (1385-1433) tenha ordenado à Câmara do Porto que transferisse a habitação dos judeus para um lugar mais amplo da cidade. Assim, a partir de 1388<sup>16</sup>, a comunidade judaica passou para a Judiaria do Olival, junto a um lugar denominado Porta do Olival<sup>17</sup>,

### 2.3. O PAÇO

Com a saída dos judeus deste lugar, os terrenos foram doados pelo rei D. João I, em 1410, ao cavaleiro do reino Gil Vaz da Cunha,<sup>18</sup> como reconhecimento dos muitos e valiosos serviços prestados à Coroa, sendo-lhe dada autorização para construir morada<sup>19</sup>. Em 1433, Gil Vaz da Cunha passa a propriedade para Fernão Vasques Coutinho, Cavaleiro da casa de D. Duarte e de D. Afonso V e marido de D. Maria da Cunha<sup>20</sup>, que ali construiu uma casa senhorial. Relembramos aqui as palavras de Sousa Reis quando nos diz que, desde remotas eras, as margens do rio Douro sempre foram apetecidas para a habitação «dos grandes»<sup>21</sup>.

No entanto, esta edificação não foi pacífica, estando na origem de forte controvérsia entre D. Fernão Coutinho e o Senado do Porto, entre 1443 a 1447, com este a opor-se às obras, invocando o privilégio que impedia a estadia dos nobres dentro da cidade. O fato de a casa ser de grande imponência<sup>22</sup> poderá ter contribuído para as reações inflamadas do Senado da cidade.

---

<sup>13</sup> Denominada atualmente rua do Arco de Santa Ana (FREITAS, 1972: 3).

<sup>14</sup> FERREIRA, 2016: 708.

<sup>15</sup> SILVA, 2017: 23.

<sup>16</sup> MARÇAL & TAVARES, 2014: 105.

<sup>17</sup> REMÉDIOS, 1908: 36.

<sup>18</sup> CARNEIRO, 1908: 133.

<sup>19</sup> FERREIRA, 1948: 286-287.

<sup>20</sup> FERREIRA-ALVES, 2002: 130.

<sup>21</sup> REIS, 1999: 154.

<sup>22</sup> SILVA, F., 2002: 52.

Após a morte de D. Fernão, a casa passa para o seu filho Pedro da Cunha Coutinho que, intercedendo junto do Rei, pede que os 45 dias repartidos em três períodos se convertam num. Será D. Manuel I (1495-1521) quem permite que Pedro da Cunha Coutinho possa continuar com as obras na casa de Monchique<sup>23</sup>. No dia 21 de novembro de 1503, em carta régia, autoriza-se, finalmente, a sua vivência na cidade, sendo alegando o grande investimento que tinha sido feito nas mesmas<sup>24</sup>.

O Paço medieval de Monchique, também referido como antiga Casa-Torre dos Cunha, é caracterizado como tendo sido sumptuoso<sup>25</sup>. Esta tipologia construtiva destaca-se como habitação por excelência da nobreza<sup>26</sup>. Por outro lado, a sua importância para a leitura da paisagem construída, vem também do facto de a residência senhorial fortificada se assumir como manifestação evidente da sedentarização progressiva da sociedade peninsular<sup>27</sup>.

## 2.4. O PORTO QUINHENTISTA E A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE MONCHIQUE

A temática da cidade do Porto no século XVI, tem vindo a ser explorada pela investigação mais recente, em estudos que versam os múltiplos aspetos da sua vivência económica, social e cultural<sup>28</sup>. No plano urbanístico e arquitetónico, o momento da criação e afirmação das cercas conventuais é entendido como fator decisivo no fazer cidade<sup>29</sup>. Mantendo uma estrutura funcional similar à que tivera na Idade Média<sup>30</sup>, o Porto quinhentista reflete a integração das cercas conventuais na definição e promoção do fenómeno urbano, espelhando a importância assumida por estas instituições, no nosso país, entre os séculos XVI e XVIII.

O convento de Monchique (1535-1538) foi fundado no paço que os fidalgos Pedro da Cunha Coutinho e sua mulher D. Brites de Vilhena possuíam naquele lugar. Tendo-se decidido por esta área da qual eram senhores, dever-se-á ter em conta que esta era, à época, não obstante a sua localização privilegiada, um arrabalde da cidade do Porto, fora dos muros citadinos<sup>31</sup>. A autorização papal para a fundação deste convento franciscano feminino foi pedida a 18 de julho de 1533, tendo sido (mesmo antes da concessão da autorização) assinado um contrato

---

23 FERREIRA-ALVES, 2002: 132.

24 FERREIRA-ALVES, 2002; SILVA, 2002: 52.

25 CARNEIRO, 1908: 133.

26 SILVA, 2002: 35.

27 BARROCA, 1997: 16.

28 AFONSO, 2013: 124.

29 BARROS, 1998; CASANOVA, 2014; PEREIRA, 2007; ROCHA, 2006-2007.

30 BARROS, 1998: 416.

31 NOVAES, 1913: 98-99.

com o arquiteto Diogo de Castilho para a construção da igreja, dando-se início à transformação da casa nobre em residência conventual<sup>32</sup>.

O complexo conventual foi sendo disposto em cascata ao longo da encosta – em diferentes planos comunicantes por escadas –, desenvolvendo-se desde o cimo de Monchique até ao rio Douro, numa sucessão de edifícios que se completavam, na forma e função. A disposição irregular deste conjunto conventual de grandes dimensões estava distribuída por vários corpos de volumetria escalonada, diferenciados, resultado da adaptação à topografia acidentada do terreno. Esta seria uma das características mais marcantes do complexo edificado: faceando o rio Douro na sua margem direita, e com implantação numa das suas vertentes, na encosta da antiga rua de D. Miguel (atual rua da Restauração), ergue a sua nobre fachada «[...] senhoralmente, para o sul»<sup>33</sup>. Desenvolvendo-se entre a marginal e a rua da Restauração, a sua delimitação atual é feita pelas seguintes ruas: Rua de Sobre-o-Douro<sup>34</sup>, Calçada de Monchique<sup>35</sup> e Rua de Monchique<sup>36</sup>. No ano de 1789, Agostinho Rebelo da Costa descreve-nos o que seria a relação do edificado com a envolvente: os «Dormitorios, e a maior parte desse Convento, cahe sobre o Rio Douro, descobrindo das suas janelas o largo passeio de Miragaia, o dilatado curso do mesmo Rio, e os Navios, que por elle navega»<sup>37</sup>.

O convento, atualmente marginado a sul pelo Douro teve, no passado, como limite nesse quadrante da sua cerca, o cais de Monchique, estrutura assente em estacaria de madeira, ainda visível em período de maré vazia. O cais terá sido edificado nos séculos XVIII e XIX, aproveitando pedra proveniente da demolição da muralha fernandina, sendo obra da iniciativa da Real Companhia Velha, em contrapartida ao monopólio da venda dos vinhos<sup>38</sup>. O local foi profundamente alterado com a abertura da Rua Nova da Alfândega/Rua de Monchique, nos finais do século XIX, o que teve também efeitos na regularização do curso do

---

32 BASTO, 1964: 117-141. Diogo de Castilho (1490-1574) terá vivido alguns anos no Porto, nas décadas de 1520 e 1530, tendo muito provavelmente projetado o convento de S. Bento da Avé-Maria e a rua das Flores e estando associado, com João de Ruão, à obra da Serra do Pilar (AFONSO, 2018: 24 e 96). O número de estudos sobre este autor é muito extenso. Destacamos a entrada no «Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses» (VITERBO, 1988; 170-183 e 530-534) e a dissertação de mestrado de Maria de Lurdes Craveiro (1990).

33 CARNEIRO, 1908: 133.

34 A rua de Sobre-o-Douro corresponde, de uma forma provável, a uma antiga via romana, na continuação de uma estrada que vinha de sul (FERREIRA, M., 2016: 1019). Segundo Cunha e Freitas, trata-se da *Via Vêtera*, mencionada, em 1258, nas Inquirições de D. Afonso II (1975: 3). De acordo com Manuel Ferreira, esta cumpriu um papel essencial por ser, antes da abertura da rua da Restauração, por onde se ia para a Foz e Matosinhos (2016: 1019). Era a antiga «[...] estrada que vae da cidade para o ditto logar de massarelos, chamado de Sobre-o-Douro» (SIMÕES, C., 1926a: 310).

35 A Calçada de Monchique parte da Rua de Miragaia e sobe até à Rua da Bandeirinha.

36 A rua de Monchique integra hoje a um troço da marginal ribeirinha, entre o Cais das Pedras e a Rua Nova da Alfândega e que conduz ao Passeio Alegre, na Foz. «Em parte corresponde ao antigo *Caminho de Miragaia* a que se refere a vereação de 5 de Junho de 1405» (FERREIRA, M., 2016: 709).

37 COSTA, 2001: 119.

38 FERREIRA, M., 2016: 708.

rio e na contenção das águas em período de cheia; o nível de ocupação subiu vários metros<sup>39</sup>.

Na sua globalidade, a construção do convento abarcou vários períodos de edificação, sendo que podemos definir três grandes momentos: 1534-1634; 1634-1734 e 1734-1834 (Fig. 1)<sup>40</sup>.



**Fig. 4.** Planta de construção do convento (fase 3) sobreposta à vista aérea atual do local. Tiago Cruz sobre imagem do Google Earth. 2020.

## 2.5. A EXTINÇÃO DO CONVENTO DE MONCHIQUE E O PORTO OITOCENTISTA

No ano de 1834, no âmbito da Reforma geral eclesiástica, segundo o Decreto de 30 de maio, promulgado por D. Pedro IV, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas (independentemente da sua denominação, instituto ou regra), ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Em agosto do mesmo ano, as freiras de Monchique foram transferidas para outros cenóbios da cidade, encerrando-se o convento, abando-

<sup>39</sup> A proximidade com o rio Douro, elemento essencial nas trocas comerciais da cidade, foi causa de cheias e inundações frequentes da cidade. Veja-se a notícia que delas dá Rebelo da Costa, nomeadamente, nas que atingiram o convento de Corpus Christi, do outro lado do rio Douro, no século XVIII (2001: 224).

<sup>40</sup> MORAES, 2013: 128.

nando-se a igreja que lhe estava anexa e dispersando-se os seus bens por vários proprietários<sup>41</sup>. A sua ocupação posterior incluiu um arsenal militar, a casa da moeda, um depósito do trem militar e da pólvora, uma intendência da marinha, uma repartição de obras da alfândega e armazéns.

O convento foi por diversas vezes colocado à venda. Apesar disso, nunca foi arrematado, tendo-se decidido pelo seu leilão em 5 lotes, no ano de 1874. «Foi nessa altura, que Clemente Menéres e Norberto Coelho arremataram dois lotes (n.ºs 1 e 5) para a sua casa comercial (mais tarde Clemente assumiu a quota de Norberto). Os outros foram arrematados por William Wawke (n.º 2), que instalou lá uma fundição, e Henry Burnay (n.ºs 2 e 3)»<sup>42</sup>.

O desenvolvimento urbano do Porto oitocentista liga-se ao processo de extinção das casas religiosas e à consequente expropriação das cercas conventuais em Portugal, que introduziram transformações, continuidades e descontinuidades no desenho da cidade.

## 2.6. O SÉCULO XX

Ao longo do século XX, sucedem-se os testemunhos de vários autores dando conta do estado de abandono e degradação do convento e de muitos dos seus elementos de maior relevância histórico-artística, nomeadamente a igreja, com o desmantelamento da sua cobertura e o claustro principal, que veio a ser demolido. Não obstante, parte do complexo edificado manteve uma intensa atividade industrial e de armazém.

Uma das faces mais visíveis da transformação que o conjunto sofreu ao longo do século XX está presente na ocupação do lote da atual Sede da Sociedade Clemente Menéres, no gaveto com a calçada de Monchique. Com recurso ao desenho digital, foi já possível estudar a cronologia da sua construção (Fig. 5, 6 e 7).

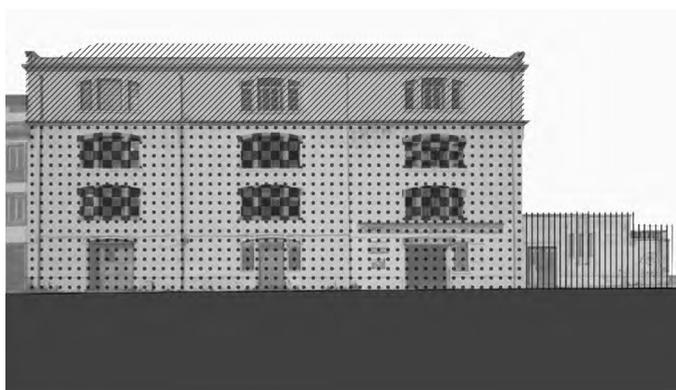
Durante o século XX, destaca-se ainda o processo de modificação pelo que passou o atual Bairro Ignez, exemplo paradigmático de mutação funcional do edificado. Este setor do antigo convento, adquirido em 1908 por Ignez Guimarães foi, ainda antes de ser adaptado a bairro operário, uma fábrica ligada à produção de cortiça<sup>43</sup>. Após a degradação na década de 1990, foi reabilitado, ao abrigo do programa RECRUA, pelo arquiteto Fernando Távora, tendo em vista a sua transformação em residência para estudantes *Erasmus*.

---

<sup>41</sup> SIMÕES, C., 1926b: 332.

<sup>42</sup> ALVES, 2007: 118; CARNEIRO, 1908: 133.

<sup>43</sup> MORAES, 2013: 129.



LEGENDA

1942	1921	1908	Antes 1908



**Figs. 5, 6 e 7.** Leitura estratigráfica de um dos setores do convento. Alçado e fotomontagens. Tiago Cruz. 2020.

## 2.7. O SÉCULO XXI E OS NOVOS DESAFIOS DO LUGAR

O século XXI traz novos desafios à ocupação deste lugar, nomeadamente com o desenvolvimento de uma nova relação entre a cidade e o rio Douro e a pressão decorrente da afirmação da cidade do Porto como destino turístico internacional. Assim, nesta frente de rio, cuja atratividade é reforçada pela proximidade ao centro histórico, inscrito pela UNESCO na lista Património Mundial (1996) e pela vizinhança de importantes equipamentos, como o Centro de Congressos da Alfândega, prevê-se a instalação de dois hotéis (um deles já em processo de abertura ao público).

Nestas circunstâncias, impõe-se refletir sobre o estado atual do lugar e do seu advir, entendendo o património e o seu papel ativo na promoção e concretização de um desenvolvimento sustentado, apoiado em valores como a identidade e a autenticidade (Documento de Nara sobre a Autenticidade, 1994), bem como na generalidade das cartas e na doutrina internacional que enquadram a reflexão em torno do património, do turismo cultural e da paisagem. Isto tem impacto na própria ideia que temos da paisagem de Monchique, nomeadamente, num maior reconhecimento da componente humana e numa possibilidade de relação que ultrapassa o mero binómio relação-ação em que se situa. Dando ênfase a esta ideia, a «Convenção Europeia da Paisagem» (Florença, 2000) designa a «paisagem» como «[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos» (Art. 1)<sup>44</sup>. Por outro lado, a «Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana», da UNESCO (2011), agiliza a contextualização das dinâmicas socioculturais num abrangente sistema territorial, promovendo a ideia de uma integridade dinâmica, que vai evoluindo ao longo do tempo<sup>45</sup>.

Iñaki Abalos deixa-nos a seguinte ideia-chave: «A paisagem não é mais esse bonito fundo sobre o qual se destacam belos objetos escultóricos chamados de arquitetura, mas o lugar no qual pode instalar-se uma nova relação entre os não-humanos e os humanos»<sup>46</sup>. Neste alinhamento, Françoise Choay reforça a importância da «participação coletiva na produção de um património vivo»<sup>47</sup>. É essencial estarmos atentos «[...] às perdas antrópicas que o processo de mundialização tende a induzir»<sup>48</sup>. É preciso ligar o desenho do edificado à sua dimensão antropológica e identitária para as comunidades. «Património é tudo o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e tem notório significado na

---

<sup>44</sup> <https://rm.coe.int/16802f3fb7>.

<sup>45</sup> CAMPOS & MUTINHO, 2018: 21.

<sup>46</sup> ABALOS, 2004: 2.

<sup>47</sup> CHOAY, 2015: 50.

<sup>48</sup> CHOAY, 2006: 33.

existência e na afirmação das diferentes comunidades»<sup>49</sup>. Nem sempre este tipo de reflexão está presente nas Humanidades Digitais, não podendo, no entanto, ser ignorado no presente estudo.

### 3. PAISAGENS PATRIMONIAIS DIGITAIS

Nas últimas duas décadas, a disseminação das ferramentas digitais e o desenvolvimento potenciado pela tecnologia contribuíram para revolucionar os processos de investigação em torno do património edificado e da paisagem patrimonial, permitindo ultrapassar constrangimentos próprios dos processos de investigação mais tradicionais. A revolução instrumental a que nos referimos tem vindo a mudar profundamente os modos de estudo e o conhecimento da arquitetura e do urbanismo, corporizando uma ampla evolução, não exclusivamente de cariz tecnológico, mas sobretudo de âmbito cultural e social. A adoção da «Charter on the Preservation of Digital Heritage», pela UNESCO em 2003, contribuiu decisivamente para a expansão do conceito de património cultural, passando este a abranger obras culturais e produtos informativos criados digitalmente ou convertidos a este formato.

O que significa então falar de uma paisagem patrimonial digital em Monchique? Como ponto de partida, «falar de património é necessariamente falar de investigação, de inventário, de interpretação dos objectos materiais e imateriais, de centros históricos, de conjuntos de monumentos, de edifícios e dos seus objectos, de documentos, de tradições e da paisagem que os contém»<sup>50</sup>. Devemos encará-lo num sentido ativo, operativo e de exploração. O alargamento do campo semântico de Património, nomeadamente ao digital, tem vindo a concretizar-se no aumento das categorias de objetos a serem protegidos, bem como na promoção da interrelação entre o território e o construído. Património «tornou-se numa categoria aberta, não só à assimilação de novos conteúdos, configurações e significados, mas também à reestruturação dos consolidados pela tradição»<sup>51</sup>.

No entanto, como nos diz o preâmbulo dos «Princípios de Sevilha», vivemos numa época de «luzes e sombras» no que se reporta à utilização de alguns meios resultantes do desenvolvimento tecnológico em prol da investigação/visualização do património edificado. É ainda necessário melhorar práticas de trabalho, com uma articulação cuidada e refletida entre diferentes contextos disciplinares. Sabemos que o património edificado e as paisagens urbanas do presente e do passado podem ser recriadas digitalmente como imagens, com recurso a experiências

---

<sup>49</sup> ALMEIDA, 1998: 407-408.

<sup>50</sup> ROSAS, 2008: 55.

<sup>51</sup> CHOAY, 2006: 10.

imersivas em realidade virtual ou até com modelação 3D sobreposta à realidade, com a realidade aumentada. Mas, como podemos comunicar a amplitude da pesquisa que ela traduz? Como podemos apresentar ao público em geral dados autênticos de forma atraente e significativa? E qual é a melhor forma de transmitir a incerteza ou a falta de dados inerentes aos processos de investigação?

O processo de investigação digital assume, cada vez mais, uma importância central. É, por isso fundamental, um cumprimento rigoroso, mas crítico dos princípios definidos nas cartas e doutrinas internacionais que informam as matérias diretamente relacionadas com o Digital Heritage e com a apresentação/desenho digital de Sítios de Património Cultural<sup>52</sup>. Paralelamente deverão também tidos em conta os modelos nacionais e internacionais já concretizados, que atestam o valor e a validade destas metodologias de investigação em História da Arte e da Arquitetura, nomeadamente o trabalho desenvolvido no projeto «Lx Conventos»<sup>53</sup>, com acolhimento no Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o projeto SANTA-CRUZ<sup>54</sup>, iniciado em 2018 e com conclusão prevista para 2021.

### 3.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação digital dos bens arquitetónicos assume-se como caminho fundamental para o (re) conhecimento da paisagem patrimonial nas suas múltiplas transformações. Como vimos, os valores do património urbano podem ser estudados com recurso a interpretações históricas sincrónicas e diacrónicas, que deverão concorrer para evidenciar as suas características atuais e que permitam indagar em torno do que terá de ser preservado, bem como no lançamento de pistas acerca do papel criativo do arquiteto na era digital. Sendo que as cidades e as suas paisagens patrimoniais são encaradas como resultado de longos processos de sobreposição e de circunstâncias (sociais, económicas e políticas)<sup>55</sup>, o território deverá ser entendido como um palimpsesto: «El territorio no es un dato, sino el resultado de diversos procesos. Se modifica espontaneamente»<sup>56</sup>. As ferramentas digitais, com recurso a técnicas não invasivas, são essenciais neste ponto pois permitem estudar as estruturas arquitetónicas e urbanas, com respeito intrínseco

---

52 Nomeadamente a «Carta de Londres» (2006 e 2009), os «Princípios de Sevilha» (2011), a «Carta de Berlim» (2015), a «Carta ICOMOS para Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural» (2008) e a «Carta ICOMOS sobre o Turismo Cultural» (1997).

53 LX Conventos Homepage, <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/>, acedido em 2019/09/30.

54 SANTACRUZ Homepage, <https://santacruz.ces.uc.pt/en/home/>, acedido em 2019/09/30.

55 «Cities are dynamic organisms. There is not a single “historic” city in the world that has retained its “original” character: the concept is a moving target, destined to change with society itself. And this is natural: social structures and needs evolve, the physical fabric adapts constantly» (BANDARIN & OERS, 2014: ix).

56 CORBOZ, 2005: 27.

pelas suas características e cumprindo os critérios de reversibilidade. Assistimos, no passado a outras revoluções (revolução cognitiva, agrícola, do conhecimento e industrial), mas nenhuma tão rápida e com a capacidade de transferir maior valor em menos tempo.

Dessa forma, a digitalização, documentação e interpretação de edifícios históricos com novas metodologias materializadas em modelos 3D de alta fidelidade tornam-se fontes heurísticas e relevantes hipóteses de trabalho na produção de conhecimento no campo do património edificado, quer falemos no seu estudo, conservação e divulgação.

Por outro lado, somos sensíveis ao alerta dado por Choay quando refere que, no contexto da mundialização, o novo papel do arquiteto, amputado da sua competência de desenhador, tomada pelo computador, tende a «[...] tornar-se um produtor de imagens [...]»<sup>57</sup>. Conscientes desta necessidade de estarmos atentos, a presente investigação desdobra-se noutras linhas de pesquisa em que se questiona a imagem e o seu sentido interpretativo.

Desenvolvidas num ambiente que tem como propósito fomentar uma investigação coerente sobre a relação entre cultura, espaço e memória, as ferramentas digitais deverão contribuir, de forma ativa, para a formulação de uma resposta positiva aos desafios da sociedade moderna. Por outro lado, não devemos esquecer-nos que todo este processo e esta aproximação deverão ser feitos num contexto que promova o fortalecimento da ligação entre as comunidades e o seu Património Cultural, numa perspetiva de acesso, preservação e difusão do conhecimento.

## BIBLIOGRAFIA

- ABALOS, Iñaki (2004) – *O que é a paisagem?* «Arquitextos», ano 5, maio/2004. São Paulo: Vitruvius.
- AFONSO, José Ferrão (2013) – *A imagem tem que saltar: a igreja e o Porto no século XVI (1499-1606). Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.
- \_\_\_\_ (2018) – *A Herança do Muratore*. Porto: Dafne Editora.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
- \_\_\_\_ (2001) – *História da Arte em Portugal – o Românico (Vol. 1)*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALVES, Jorge Fernandes (2007) – *De pedras fez terra : um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)*. «Revista da Faculdade de Letras: História», III série, vol. 8. Porto: FLUP, p. 113-156.
- BANDARIN, Francesco & OERS, Ron Van (2014) – *Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Madrid: Abada Editores.
- BARROCA, Mário (1997) – *Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*. «Revista de História das Ideias – A Cultura da Nobreza», 19. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 39-103.

---

<sup>57</sup> CHOAY, 2015: 42.

- \_\_\_\_ (2000/III) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Amândio (1998) – *Em proveito dos mosteiros e enobrecimento da Cidade. Os conventos de S. Bento de Avé Maria e de Santa Clara e as alterações urbanísticas do Porto na segunda metade do século XVI*. In *Atas do I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, p. 393-425.
- BASTO, Artur de Magalhães (1964) – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: CMP.
- CAMPOS, Joana Capela de & MUTINHO, Vítor (2018) – *Paisagem urbana histórica, A Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra*. «Lugares e Territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial. Iberografias», 33. Guarda/Lisboa: CEI-Centro de Estudos Ibéricos e Âncora Editora, p. 19-41.
- CARNEIRO, José Augusto (1908) – *O Hospital da Misericórdia do Porto, Convento de Monchique, e seus fundadores*. «O Tripeiro», 1.ª Série, Ano 1, n.º 9. Porto, p. 133-134.
- CASANOVA, Maria José (2014) – *Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem urbana no Porto*. In MARADO, Catarina, ed. – «*Monastic architecture and the city*». Coimbra: Centre for Social Studies, p. 203-207.
- CHOAY, Françoise (2006) – *Património e a Mundialização*: Casa do Sul Editora.
- \_\_\_\_ (2015) – *As Questões do Património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- CORBOZ, André (2005) – *El Territorio como Palimpsesto*. In RAMOS, Ángel, ed. – *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, p. 25-34.
- CORRÊA, Emílio da Silva (2012) – *Judaísmo e Judeus na Legislação Portuguesa. Da Medievalidade à Contemporaneidade*. Tese de mestrado em História e Cultura das Religiões, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COSTA, Agostinho Rebelo da (2001) – *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto (3.ª ed.)*. Lisboa: Frenesi.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1990) – *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*. Tese de mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade*. In *Os reinos ibéricos na idade média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, (Vol. 1). Porto: Civilização Editora, p. 426-440.
- FERREIRA, José Augusto (1948) – *O Porto e a Residência de Fidalgos – Subsídios para a sua História*. «Boletim Cultural», Vol. XI, fase. 3-4, Porto: CMP, p. 286-287.
- FERREIRA, Manuel do Carmo (2016) – *Prontuário de toponímia portuense (2 volumes)*. Edições Afrontamento.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim (2002) – *Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique*. «Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património». Porto: FLUP, p. 129-147.
- FREITAS, Eugénio Andrea Cunha e (1972) – *Toponímia Portuense*. «O Primeiro de Janeiro», 24. Mar.1972.
- \_\_\_\_ (1975) – *Toponímia Portuense*. «O Primeiro de Janeiro», 3 Out. 1975.
- MADERUELO, Javier (2006) – *El paisaje: génesis de un concepto*. Madrid: Abada.
- MORAES, Marta Casimiro (2013) – *Ao encontro do espaço partilhado: a reconfiguração da habitação popular analisada a partir do caso do Bairro Ignez, na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

- NOVAES, Manuel Pereira de (1913) – *Collecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa IV, Anacrisis Historial* – I.ª Parte, vol. 2. Porto: Bibliotheca Publica Municipal do Porto.
- PEREIRA, Ana Cristina (2007) – *Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- REBELO, Elvira (2001) – *Da clausura ao século: o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- REIS, Henrique Sousa (1999) – *Manuscritos inéditos da BPMP. II Série* – 6. Biblioteca Pública Municipal do Porto (manuscrito em 1872). Porto: Edição CMP.
- REMÉDIOS, Mendes dos (1908) – *Como viviam os Judeus em Portugal*. «O Tripeiro», 1.ª Série, Ano 1, n.º 3. Porto, p. 35-37.
- ROCHA, Manuel (2006-2007) – *O Mosteiro-Cidade na génese e desenvolvimento urbano: uma interpretação do espaço*. «Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património», 5-6. Porto: FLUP, p. 527-548.
- ROSAS, Lúcia (2008) – *A Valorização do Património Regional*. In *O património cultural da região de Bragança/Zamora / II Seminário Internacional Bragança. O património cultural da região transfronteiriça do Douro / III Seminario Internacional Zamora*. Bragança e Zamora, p. 51-57.
- SILVA, César Santos (2017) – *Na Rota dos Judeus no Porto*. Porto: Cordão de leitura.
- SILVA, Fernando Moreira da (2002) – *O Convento de Monchique*. «O Tripeiro», Série VII, Ano XXI, n.º 2. Porto, p. 52-55.
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- SIMÕES, Catão (1926a) – *Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto*. «O Tripeiro». Porto, 3.ª Série, Ano 1, n.º 20 (140), p. 310.
- \_\_\_\_ (1926b) – *Convento ou mosteiro de Monchique no Porto*. «O Tripeiro». Porto, 3.ª Série, Ano 1, n.º 21 (141), p. 332-333.
- SIMÕES, Sílvia (2002) – *O Desenho na era digital: rupturas e continuidades*. «Margens e confluências». Guimarães, ESAP, n.º 4, p. 80-103.
- TAVARES, Maria José Ferro (2014) – *Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Media: onomástica familiar e mobilidade*. «Sefarad», vol. 74:1, p. 89-144.
- VITERBO, Sousa (1988) – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: IN-CM.